

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 26

Ministério Público Estadual

Recife, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017

## PGJ defende aproximação com instituições e sociedade

Posse solene do PGJ ocorreu no Centro de Convenções de PE, na sexta (3)

A tuação integrada com os anseios da sociedade. Com esse objetivo, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu Barros, prestou juramento solene perante o Colégio de Procuradores de Justiça na posse solene realizada no auditório Tabocas do Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda.

“A relação do MPPE com a sociedade é de simbiose, uma relação intrinsecamente relevante. Por esse motivo, estamos orientando a todos que fazem a Instituição a trazer o Ministério Público de volta às suas origens, que é ser o guardião da sociedade”, afirmou o procurador-geral.

Durante a cerimônia de posse,

Francisco Dirceu Barros ainda lembrou sua trajetória de sua carreira como promotor de Justiça do MPPE, em 1999, e disse que o biênio à frente do MPPE é “um novo ciclo que se inicia, com caminhos desafiadores, em prol dessa honrosa Instituição”.

Como medida administrativa para enfrentar a dificuldade financeira que o país atravessa, ele destacou que pretende apresentar, na próxima semana, um plano de contingenciamento que visa otimizar o uso dos recursos, a fim de permitir investimentos para enfrentar desafios como o déficit de promotores de Justiça, visto que o MPPE conta com aproximadamente 160 cargos vagos em todo o Estado. “O MPPE deve ser ágil, resolutivo, preventivo, e o promotor de Justiça de-

ve ser um agente social, cumprindo as atribuições relevantes que foram destinadas à Instituição pela Constituição de 1988”, complementou o procurador-geral.

A sessão solene de posse foi presidida pelo ex-procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda, que destacou as ações de combate à corrupção e de profissionalização da gestão desenvolvidas ao longo do biênio 2015-2017.

Por sua vez, o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Roberto Brayner, desejou sucesso ao novo chefe do MPPE e pediu que ele mantenha, ao longo de sua gestão, a firmeza para agir em defesa do interesse público, o equilíbrio para combater os extremismos e a temperança para que governe em benefício de to-

da a sociedade.

Além dos membros e servidores do MPPE, compareceram à posse solene do procurador-geral de Justiça o governador do Estado, Paulo Câmara, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Leopoldo Raposo, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Guilherme Uchôa, o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Rinaldo Lima, o representante do Conselho Nacional do Ministério Público, conselheiro Orlando Rochadel, o defensor público geral de Pernambuco, Manoel Jerônimo de Melo Neto, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Cristiano Pimentel, e o prefeito do Recife, Geraldo Julio.

ITAÍBA

## MP recomenda priorizar salários atrasados

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendação à nova prefeita de Itaíba, Maria Regina da Cunha, sobre os diversos procedimentos que serão observados pelo MPPE durante seu governo, como processos licitatórios, transição governamental e prestação de contas. No mês de janeiro, o MPPE expediu recomendações semelhantes aos prefeitos de Vitória de Santo Antão, Jatobá, Camaragibe e São Lourenço da Mata.

Entre os 20 itens recomendados está o de realizar, com prioridade, o levantamento dos débitos relativos aos vencimentos dos servidores municipais (ativos e inativos), e adotar as medidas administrativas necessárias para o adimplemento imediato dessas obrigações, de natureza alimentar e de responsabilidade do município,

prestando as devidas informações ao Ministério Público e Tribunal de Contas para a adoção das medidas pertinentes.

De acordo com o promotor de Justiça Ademilton das Virgens Carvalho Leitão, chegou ao conhecimento da Promotoria de Justiça de Itaíba que a nova administração encontrou o executivo municipal com várias irregularidades relativas a servidores municipais e sucateamento da frota de veículos. Também foi noticiado ao MPPE, por vários servidores municipais, ativos e inativos, de todas as secretarias, que o gestor municipal anterior, Juliano Nemésio Martins, deixou de adimplir pagamento de vencimentos referentes ao mês de dezembro de 2016 e ao décimo terceiro salário, deixando restos a pagar a atual gestão.

PLANEJAMENTO

## Começam as oficinas de contribuição para 2017

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) deu início a mais uma rodada de Oficinas de Painel de Contribuição 2017. A primeira reunião foi com os servidores da Biblioteca, da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e da Ouvidoria da Instituição, nessa segunda-feira (6), na Sala A da ESMP. O objetivo é revisar o resultado do painel passado, refazer pontos que não foram exitosos, manter os que foram, incluir novas ideias e construir novas diretrizes e projetos para 2017.

O secretário-geral, Alexandre Bezerra, pontuou a contribuição dos servidores para a construção de um MPPE forte, atuante e direcionado para os interesses da

população pernambucana. “Temos o compromisso de criar e executar um plano melhor que os outros passados. Sabemos que estamos em dificuldades. Mas a crise financeira não pode servir sempre de pretexto para não alcançar os resultados a que nos propusemos”, avaliou o secretário-geral.

Caberá a Secretaria Geral monitorar e avaliar bimestralmente os painéis elaborados pelos servidores dentro de suas áreas. Para 2017, cada oficina analisará a metodologia e os resultados do ciclo 2013-2016, produzirá e validará o novo painel, com base nas conclusões provenientes dos indicadores estatísticos e das experiências vividas.

“Precisamos apelar à criatividade, otimizar os recursos, eliminar riscos e desperdícios para oferecer excelência no atendimento à população pernambucana. Vamos juntos encontrar os caminhos”, comentou Alexandre Bezerra.

O calendário das próximas oficinas com as equipes é: 7/2 - Coordenaria Ministerial de Apoio Técnico e Infraestrutura. 8/2 - Coordenadoria Ministerial de Finanças e Contabilidade e da Controladoria Ministerial Interna. 9/2 - Coordenadoria Ministerial de Administração. 10/2 - Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas. 13/2 - Assessoria Ministerial de Comunicação Social e a de Segurança Institucional.

MÊS DE MARÇO

## Corregedoria Geral publica edital de correição

A Corregedoria Geral publicou o Edital de Correição Ordinária nº02/2017, comunicando que, entre os dias 6 e 14 de março, passarão pela correição as Promotorias de Justiça de Agrestina (no dia 6), Caruaru (dias 6, 7, 9 e 10) e Recife (dias 13 e 14). Estão convocados para a ocasião da correição os promotores de Justiça titulares e seus substitutos legais, para a apresentação dos processos e procedimentos.

Na oportunidade, a equipe da Corregedoria vai receber informações ou reclamações referentes à atuação funcional dos promotores de Justiça, estagiários e auxiliares dos órgãos a serem correicionados.

A Corregedoria dará início aos trabalhos pelo interior do Estado, fazendo-se presente na Promotoria de Justiça de Agrestina no dia 6 de março, das 9h às 12h. As correições seguintes serão realizadas na sede das Promotorias de Justiça de Caruaru: ainda no dia 6, das 14h às 17h, a equipe estará das 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça Cível e atuação nos feitos da 2ª Vara de Família e Registro Civil; no dia 7, das 9h às 12h, sobre a 2ª Promotoria de Defesa da Cidadania e as 1ª, 2ª Promotorias de Justiça Criminal; e, no mesmo dia, das 14h às 17h, sobre a 3ª Promotoria de Defesa da Cidadania e as 4ª e 5ª Promotorias de Justiça Criminal. No dia 9, ainda em Caruaru, a

Corregedoria passará pelas 1ª e 5ª Promotorias de Defesa da Cidadania das 9h às 12h, e das 14h às 17h, das 4ª e 6ª Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania. No dia 10, das 9h às 12h continua nas 8ª, 9ª e 10ª Promotorias de Justiça Criminal, e no período da tarde, das 14h às 17h, nas 3ª, 6ª, 7ª Promotorias de Justiça Criminal e atuação nos feitos da Vara de Violência Doméstica Familiar contra a Mulheres.

Na capital, a correição tem início no dia 13 de março, das 14h às 17h, nas sedes 7ª e 8ª Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital que atuam na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

## Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: **Francisco Dirceu Barros**

### AVISO N.º 003/2017

Ficam dispensados de suas atribuições, para participarem do **I Seminário da FRENTAS-PE - Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público no Estado de Pernambuco**, os Excelentíssimos Senhores Membros deste MPPE, desde que não tenham audiências de réus presos, adolescentes privados de liberdade, sessão do Tribunal do Júri ou audiências públicas.

**Tema: Reforma da Previdência**

**Data:** 10/02/2017

**Horário:** Das 09:00 às 13:00 horas

**Local:** Auditório do Rio Mar Trade Center

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 304/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço,

**RESOLVE:**

**I** - Dispensar, a pedido, a Bela. **ISABEL DE LIZANDRA PENHA ALVES**, 9ª Promotora de Justiça Criminal de Olinda, de 2ª entrância, da função de Assessora Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça, atribuída por meio da Portaria PGJ nº 158/2017, devendo retornar ao exercício de sua titularidade, a partir da publicação da presente Portaria.

**II** - Suprimir o pagamento da indenização pelo exercício da função de Assessor, prevista no art. 61, VI da Lei Complementar Estadual n.º 012/94, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 057/2004.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 305/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço,

**RESOLVE:**

**I** - Designar a Bela. **ELIANE GAIA ALENCAR DANTAS**, 49ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, de 3ª entrância, para a função de Assessora Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir da publicação da presente Portaria, devendo permanecer no exercício de suas atuais atribuições até 28/02/2017.

**II** - Atribuir-lhe o pagamento da indenização pelo exercício da função de Assessor, prevista no art. 61, VI da Lei Complementar Estadual n.º 012/94, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 057/2004, a partir de 07/02/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 306/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a publicação da Lista Final de Habilitados para o cargo de 53º Promotor de Justiça Criminal da Capital, publicada no DOE de 18/05/2016;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 2º, § 1º, da supramencionada Instrução Normativa, bem como a indicação da Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço,

**RESOLVE:**

Designar a Bela. **ISABEL DE LIZANDRA PENHA ALVES**, 9ª Promotora de Justiça Criminal de Olinda, de 2ª entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 53º Promotor de Justiça Criminal da Capital, de 3ª entrância, em conjunto ou separadamente, a partir da publicação da presente Portaria até 31/05/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 307/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a comunicação da Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça Cíveis da Capital;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço;

**RESOLVE:**

**I** - Dispensar a Bela. **LILIANE JUBERT GOUVEIA FINIZOLA DA CUNHA**, 7ª Promotora de Justiça Substituta da Capital, de 3ª Entrância, do exercício pleno no cargo de 22º Promotor de Justiça Cível da Capital, atribuído por meio da Portaria PGJ nº 205/2013 e ratificado pela Portaria PGJ nº 195/2016, a partir de 06/02/2017, em virtude do retorno da titular, Dra. Ana Maria do Amaral Marinho.

**II** - Designar a Promotora de Justiça acima indicada para o exercício pleno no cargo de 29º Promotor de Justiça Cível da Capital, de 3ª Entrância, a partir de 06/02/2017 até ulterior deliberação.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 308/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 1º da IN PGJ nº 007/2015;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço;

**RESOLVE:**

Designar a Bela. **LILIANE JUBERT GOUVEIA FINIZOLA DA CUNHA**, 7ª Promotora de Justiça Substituta da Capital, de 3ª Entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 26º Promotor de Justiça Cível da Capital, em razão do afastamento do Bel. Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho, no período de 06/02/2017 a 28/02/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 309/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço;

**RESOLVE:**

**I** - Designar o Bel. **LUÍS SÁVIO LOUREIRO DA SILVEIRA**, 18º Promotor de Justiça Criminal da Capital, de 3ª entrância, para atuar nos feitos do Colégio Recursal Criminal da Capital, sem prejuízo do exercício das suas atuais atribuições, no período de 03/02/2017 a 28/02/2017.

**II** - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 03/02/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 310/2017

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço;

**RESOLVE:**

**I** - Dispensar a Bela. **LUCIANA ALBUQUERQUE PRADO**, 6ª Promotora de Justiça Cível da Capital, de 3ª Entrância, do exercício cumulativo no cargo de 5º Promotor de Justiça Cível da Capital, atribuído por meio da Portaria PGJ nº 693/2016, em virtude do retorno da titular, Dra. Deluse Amaral Rolim Florentino.

**II** - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 14/01/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA POR-PGJ N.º 311/2017

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a necessidade e a conveniência do serviço;



**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
Francisco Dirceu Barros

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**  
Lúcia de Assis

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
Maria Helena da Fonte Carvalho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Clênio Valença Avelino de Andrade

**CORREGEDOR-GERAL**  
Renato da Silva Filho

**CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

**OUIDOR**  
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

**SECRETÁRIO-GERAL**  
Alexandre Augusto Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Paulo Augusto de Freitas Oliveira

**COORDENADOR DE GABINETE**  
Petrúcio José Luna de Aquino

**ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Evângela Andrade

**JORNALISTAS**  
Alana Moreira, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios, Bruno Bastos e Rafael Sabóia

**ESTAGIÁRIOS**  
Luiza Ribeiro (Jornalismo), Maria Eduarda Rocha (Publicidade)

**RELAÇÕES PÚBLICAS**  
Evângela Andrade

**PUBLICIDADE**  
Andréa Corradini, Leonardo Martins

**DIAGRAMAÇÃO**  
Bruno Bastos e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473,  
Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE  
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160  
imprensa@mppe.mp.br  
Ouvidoria (81) 3303-1245  
ouvidor@mppe.mp.br

## RESOLVE:

I - Dispensar a Bela. **MÔNICA ERLINE DE SOUZA LEÃO**, 11ª Promotora de Justiça Cível da Capital, de 3ª Entrância, do exercício cumulativo no cargo de 13º Promotor de Justiça Cível da Capital, atribuído por meio da Portaria PGJ nº 1.320/2016, a partir de 03/02/2017, em virtude da assunção do referido cargo pelo titular, Dr. Rivaldo Guedes de França.

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 03/02/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA POR-PGJ N.º 312/2017**

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** os termos do § 3º, do art. 2º, da Instrução Normativa PGJ nº 007/2015;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar continuidade à prestação ministerial, com o fim de atender ao interesse público e evitar o consequente prejuízo do serviço;

## RESOLVE:

I - Designar a Bela. **LUCILE GIRÃO ALCÂNTARA**, 2ª Promotora de Justiça Cível e de Cidadania de Vitória de Santo Antão, de 2ª Entrância, para atuar, em caráter cumulativo, nos feitos da 3ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, no período de 01/02/2017 a 28/02/2017.

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 01/02/2017.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA POR-PGJ N.º 313/2017**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das suas atribuições,

**CONSIDERANDO** a publicação da escala de prontidão das audiências de custódia, por meio da Portaria PGJ nº 278/2017;

**CONSIDERANDO** o email, oriundo da 7ª Circunscrição Ministerial com sede em Palmares;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

## RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 278/2017, de 02/02/2017, publicada no DOE de 03/02/2017, para:

**Onde se lê:****ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 5 – PALMARES**

Água Preta, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Cortes, Gameleira, Jaqueira, Palmares, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Xexéu

DATA	DIA	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
21.02.2017	Terça-feira	Palmares	Manuela de Oliveira Gonçalves
24.02.2017	Sexta-feira	Palmares	Daniel Gustavo Meneguz Moreno

**Leia-se:****ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 5 – PALMARES**

Água Preta, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Cortes, Gameleira, Jaqueira, Palmares, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Xexéu

DATA	DIA	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
21.02.2017	Terça-feira	Palmares	Daniel Gustavo Meneguz Moreno
24.02.2017	Sexta-feira	Palmares	Manuela de Oliveira Gonçalves

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA POR-PGJ N.º 314/2017**

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 005/2017;

## RESOLVE:

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 01/12/2016.

**QUADRO PERMANENTE ATIVO**

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Florence Vieira D'Albuquerque César	189.549-4	Analista Ministerial – Área Jurídica	02/12/2013	B	<i>Pós Graduação Lato Sensu em Direito Público – Processo nº 79309/2016.</i>

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA POR-PGJ N.º 315/2017**

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 006/2017;

## RESOLVE:

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 20/12/2016.

**QUADRO PERMANENTE ATIVO**

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Geisyane Barbosa do Prado	189.425-0	Técnica Ministerial – Área Administrativa	20/12/2012	C	<i>Pós Graduação Lato Sensu em Direito Público – Processo nº 79978/2016.</i>

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA POR-PGJ N.º 316/2017**

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativo e ter cumprido o estágio probatório;

**CONSIDERANDO** que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

**CONSIDERANDO**, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 014/2017;

## RESOLVE:

**PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL** a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 19/12/2016.

**QUADRO PERMANENTE ATIVO**

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Josany Xavier de Menezes	189.568-0	Analista Ministerial – Área Jurídica	19/12/2016	B	<i>Pós Graduação Lato Sensu: Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho – Processo nº 79902/2016.</i>

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

Recife, em 06 de fevereiro de 2017.

**Francisco Dirceu Barros**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

O **EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, DR. FRANCISCO DIRCEU BARROS**, exarou os seguintes despachos:

**Número protocolo:** 80734/2017

**Documento de Origem:** Eletrônico

**Assunto:** Férias

**Data do Despacho:** 03/02/2017

**Nome do Requerente:** ROSANE MOREIRA CAVALCANTI

**Despacho:** Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar.

**Número protocolo:** 80068/2016

**Documento de Origem:** Eletrônico

**Assunto:** Férias

**Data do Despacho:** 03/02/2017

**Nome do Requerente:** GIOVANNA MASTROIANNI DE OLIVEIRA

**Despacho:** Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar.

Procuradoria Geral de Justiça, 06 de fevereiro de 2017.

**PETRÚCIO JOSÉ LUNA DE AQUINO**

Promotor de Justiça

Coordenador do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

O **EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, DR. FRANCISCO DIRCEU BARROS**, exarou os seguintes despachos:

**Número protocolo:** 81579/2017

**Documento de Origem:** Eletrônico

**Assunto:** Compensação de plantão

**Data do Despacho:** 03/02/2017

**Nome do Requerente:** FERNANDO PORTELA RODRIGUES

**Despacho:** Autorizo excepcionalmente. Registre-se, arquivando-se em seguida em pasta própria.



5.	Doc. 7436448	11ª PJDC da Capital	IC nº 087/2015-11ª PJS
6.	Doc. 7429998	11ª PJDC da Capital	IC nº 106/2015-11ª PJS
7.	Doc. 7695449	1ª PJDC de Olinda	PA nº 001/2016
8.	SIIG 0032772-3/2016	4ª PJDC de Olinda	IC nº 011/2015
9.	SIIG 0037798-7/2016	4ª PJDC de Olinda	IC nº 012/2015
10.	SIIG 0037710-0/2016	4ª PJDC de Olinda	IC nº 007/2014
11.	SIIG 0037709-8/2016	4ª PJDC de Olinda	IC nº 007/2008
12.	Doc. 5048457	3ª PJDC de Olinda	IC nº 007/2015
13.	Doc. 4927829	3ª PJDC de Olinda	IC nº 004/2015
14.	Doc. 4913454	3ª PJDC de Olinda	IC nº 002/2015
15.	Doc. 5917310	3ª PJDC de Olinda	IC nº 016/2015
16.	Doc. 3647402	3ª PJDC de Olinda	IC nº 023/2010
17.	Doc. 889857	3ª PJDC de Olinda	IC nº 011/2010-B
18.	Doc. 863169	3ª PJDC de Olinda	IC nº 012/2010-B
19.	Doc. 900326	3ª PJDC de Olinda	IC nº 004/2010-B
20.	Doc. 170040	3ª PJDC de Olinda	IC nº 033/2010-B
21.	Doc. 3651486	3ª PJDC de Olinda	IC nº 28/2010
22.	Doc. 1257575	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 37 - IC 001/2009
23.	Doc. 1258870	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 46 - IC 001/2009
24.	Doc. 161081	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 10 - IC 007/2015
25.	Doc. 205089	3ª PJDC de Olinda	IC nº 010/2015
26.	Doc. 5757883	3ª PJDC de Olinda	IC nº 022/2015
25.	Doc. 5679402	3ª PJDC de Olinda	IC nº 018/2015
26.	Doc. 5718170	3ª PJDC de Olinda	IC nº 020/2015
27.	Doc. 4401149	3ª PJDC de Olinda	IC nº 009/2015
28.	Doc. 6070864	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 09 - IC 006/2015
29.	Doc. 7524643	3ª PJDC de Olinda	ANEXO I - IC 07/2015
30.	Doc. 164684	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 12 - IC 07/2015
31.	Doc. 1337741	3ª PJDC de Olinda	IC nº 001/2012
32.	Doc. 864810	3ª PJDC de Olinda	ANEXO III - IC 007/2015
33.	Doc. 858726	3ª PJDC de Olinda	ANEXO IV - IC 006/2015
34.	Doc. 5274021	3ª PJDC de Olinda	IC 012/2015
35.	Doc. 4225597	3ª PJDC de Olinda	IC 011/2015
36.	Doc. 5187824	3ª PJDC de Olinda	IC 013/2015
37.	Doc. 6070915	3ª PJDC de Olinda	ANEXO 10 - IC 006/2015
38.	Doc. 4913454	3ª PJDC de Olinda	IC 002/2015
39.	SIIG 0001558-1/2017	PJ de Trindade	IC nº 001/2008
40.	Doc. 7722796	30ª PJDC da Capital	IC 15167-30 IC 15169-30
41.	Doc. 7725719	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 08/2013-4ª PJC
42.	Doc. 7725729	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 06/2013-4ª PJC
43.	Doc. 7725710	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 27/2015-4ª PJC
44.	Doc. 7725743	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 04/2013-4ª PJC
45.	Doc. 7719503	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 03/2015-4ª PJC
46.	Doc. 7718592	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 03/2010-4ª PJC
47.	Doc. 7718543	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 01/2009-4ª PJC
48.	Doc. 7718695	4ª PJ Cível de Camaragibe	IC nº 13/2011-4ª PJC
49.	Doc. 7723937	6ª PJDC de Jaboatão dos Guararapes	PP nº 087/2016-6ª PJDC
50.	Doc. 7725885	6ª PJDC de Jaboatão dos Guararapes	PP nº 090/2016-6ª PJDC
51.	Doc. 7726104	6ª PJDC de Jaboatão dos Guararapes	PP nº 094/2016-6ª PJDC
52.	Doc. 7725990	6ª PJDC de Jaboatão dos Guararapes	PP nº 093/2016-6ª PJDC
53.	Doc. 7725850	6ª PJDC de Jaboatão dos Guararapes	PP nº 088/2016-6ª PJDC
52.	Doc. 7779295	13ª PJDC da Capital	ICP nº 038-1/2015
53.	Doc. 7784206	29ª PJDC da Capital	IC nº 13/2014-29ª PJDC
54.	Doc. 7783499	22ª PJDC da Capital	IC nº 14/2013-22ª PJDC
55.	Doc. 7783880	22ª PJDC da Capital	IC nº 14/2017-22ª PJDC
56.	Doc. 7784063	29ª PJDC da Capital	IC nº 33/2015-29ª PJDC

**III.IV – Recomendação:**

Nº	Arquimedes/SIIG	Interessada:	Assunto:
1	Doc. 7742537	PJ de Correntes	Encaminha Recomendação nº 001/2017
2	Doc. 7760250	1ª PJ de Salgueiro	Encaminha Recomendação nº 001/2017.

**III.V – Diversos:**

Nº	Arquimedes/SIIG	Interessada:	Assunto:
1	SIIG 0001322-8/2017	5ª PJDC de Olinda	Comunica que foi decretada a dissolução da Associação "Centro Social Cultural Desportivo Gazela Negra", extinguindo-se o processo nº 0009655-68.2012.8.17.0990, em face do julgamento procedente do pedido, decorrente de ação civil pública ajuizada por esta Promotoria de Justiça.
2	Doc. 7719807	30ª PJDC da Capital	Informa a propositura da Ação de Alimentos c/c Provitamento Provisório. Em favor do idoso José Fernandes Nascimento, distribuída com o número 0000651-05.2017.8.17.2001 para o órgão da 9ª Vara de Família e Registro Civil da Capital.
3	Doc. 7712821	1ª PJ de Pesqueira	Encaminha cópia do Despacho de Indeferimento referente à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Pesqueira, relativa ao Exercício financeiro 2008 (Processo TC nº 0970083-3).
4	Doc. 7738391	30ª PJDC da Capital	Encaminha cópia do Ofício nº 001/Serviço Social/APAMI – Vitória, levando ao Conselho Superior do MPPE os elogios da Associação de Proteção à Maternidade e a infância de Vitória de Santo Antão.
5	Doc. 7676354	CAOP – Sonegação Fiscal	Informa que este Procurador esteve em gozo de férias no mês de Janeiro/2017.

**IV - Processos de Distribuições Anteriores.**

Recife, 06 de fevereiro de 2017.

**PETRÚCIO JOSÉ LUNA DE AQUINO**  
 Promotor de Justiça  
 Secretário do CSMP

## Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos

**AVISO SUBADM Nº 002/2017**

A Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, alínea "j" da Portaria POR-PGJ nº 188/2017, publicada no DOE em 20.01.2017, vem pelo presente aviso INFORMAR aos Procuradores de Justiça que se encontram disponíveis para ocupação os gabinetes abaixo listados:

01 - sala 129, 1º andar do Edf. Roberto Lyra;  
 02 - sala 211, 2º andar do Edf. Roberto Lyra;  
 03 - sala 215, 2º andar do Edf. Roberto Lyra;  
 04 - sala 223, 2º andar do Edf. Roberto Lyra;  
 05 - sala 02, térreo do Anexo 02.

Os Procuradores de Justiça interessados, independentemente de estarem em gozo de férias, licença ou afastados por qualquer motivo, deverão se habilitar junto à Subprocuradoria Geral de Justiça em Assuntos Administrativos, por meio do endereço eletrônico subadm@mmppe.mp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação deste aviso, conforme regras estabelecidas no Aviso SUBADM Nº 001/2017, publicado no DOE em 28.01.2017.

Recife, 06 de fevereiro de 2017.

**MARIA HELENA DA FONTE CARVALHO**  
 Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos

## Secretaria Geral

**O Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público de Pernambuco, Dr. Alexandre Augusto Bezerra, exarou os seguintes despachos:**

Nos dias 01, 02 e 3/02/2017

Expediente: Of. s/n/Ouv  
 Processo nº: 0035789-5/2016  
 Requerente: Ouvidoria  
 Assunto: Comunicação  
 Despacho: Acolha as informações apresentadas pela CMGP e AJM. Devolva-se para as necessárias providências.

Expediente: CI 010/17  
 Processo nº: 0002016-0/17  
 Requerente: CPL  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À CMFC para cumpridas as formalidades legais providenciar a realização da despesa

Expediente: CI 09/17  
 Processo nº: 29650-7/17  
 Requerente: AJM  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: Publique-se. Arquive-se.

Expediente: Of. 006/17  
 Processo nº: 2901-3/17  
 Requerente: Dr. Antônio Fernandes Oliveira Matos Júnior  
 Assunto: Encaminhamento.  
 Despacho: Oficie-se a Presidência da CETI solicitando convocação do Comitê para discutir a matéria.

Expediente: CI 002/17  
 Processo nº: 2591-8/2017  
 Requerente: Departamento Ministerial de Patrimônio e Material  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À CMTI. Comunique-se conforme solicitado.

Expediente: Of. 008/2017  
 Processo nº: 0002495-2/17  
 Requerente: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À CMAT. Para estudo detalhado acerca da solicitação feita através do Ofício 008/17.

Expediente: CI 0005/2017  
 Processo nº: 0002779-7/17  
 Requerente: Camilla Fontes Lima Chapoval  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À CMAD Para pronunciamento.

Expediente: CI 017/17  
 Processo nº: 2349-0/17  
 Requerente: DEMPAM  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 013/17  
 Processo nº: 2357-8/17  
 Requerente: DEMPAM  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 014/17  
 Processo nº: 2354-5/17  
 Requerente: DEMPAM  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 008/17  
 Processo nº: 2524-4/17  
 Requerente: Administração do Prédio Paulo Cavalcanti  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 02/17  
 Processo nº: 2373-6/17

Requerente: Administração do Rossini Couto  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 14/2017  
 Processo nº: 002749-4/2017  
 Requerente: CMAD  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 005/2017  
 Processo nº: 2813-5/2017  
 Requerente: AMPEO  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMGP para anotação em ficha funcional

Expediente: CI 004/17  
 Processo nº: 0002857-4/2017  
 Requerente: Comissão de Avaliação de Desempenho  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMGP. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Of. 004/17  
 Processo nº: 2879-8/17  
 Requerente: Dr. Eduardo Luiz Silva Cajueiro  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: Ao DEMIE. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Req/2017  
 Processo nº: 0001758-3/17  
 Requerente: Rita de Cássia N. de Santana  
 Assunto: Férias. (Utilização)  
 Despacho: À CMGP Para solicitar autorização da Chefia Imediata.

Expediente: CI 032/2017  
 Processo nº: 1948-4/2017  
 Requerente: DEMTR  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 009/17  
 Processo nº: 3024-0/17  
 Requerente: Cerimonial  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: Ao apoio. Ciente. Arquive-se.

Expediente: CI 012/2016  
 Processo nº: 33211-1/16  
 Requerente: CPL  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: Autorizo. À CPL para abertura do devido processo licitatório

Expediente: CI 029/17  
 Processo nº: 1650-3/17  
 Requerente: DEMTR  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Req/17  
 Processo nº: 0002529-0/17  
 Requerente: Lorhainy Ariane Lagassi Martinelli  
 Assunto: Férias utilização  
 Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 001/2017  
 Processo nº: 2725-7/2017  
 Requerente: Departamento Ministerial de Patrimônio e Material  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 12/2017  
 Processo nº: 1841-5/17  
 Requerente: CMAD  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 23/17  
 Processo nº: 1981-1/2017  
 Requerente: Dra. Ana Rúbia  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À GMCES. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 010/2017  
 Processo nº: 1817-8/17  
 Requerente: Divisão Ministerial de Manutenção e Controle  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 028/17  
 Processo nº: 1649-2/17  
 Requerente: DEMTR  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 030/17  
 Processo nº: 1653-6/17  
 Requerente: DEMTR  
 Assunto: Encaminhamento  
 Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 016/2017  
 Processo nº: 2494-1/2017  
 Requerente: Departamento Ministerial de Patrimônio e Material  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À AMPEO para informar dotação orçamentária.

Expediente: CI 23/17  
 Processo nº: 0002943-0/217  
 Requerente: DEMAPE  
 Assunto: Solicitação  
 Despacho: À CMFC para pronunciamento











**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2015/2045340**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 026/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2014/1782375, instaurado para apurar denúncia de possível situação de exploração sexual de adolescentes na Vila do Pará, Município de Santa Cruz do Capibaribe;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2014/1782375**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 027/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2015/1851773, instaurado para apurar denúncia de possível situação de exploração sexual de adolescentes na Vila de Poço Fundo, Município de Santa Cruz do Capibaribe;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do

art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2015/1851773**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 028/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2014/1569623, instaurado para apurar a possível situação de vulnerabilidade do adolescente M.A.G., em face a notícia de ser usuário de entorpecentes;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2014/1569623**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 029/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2014/1755365, instaurado para apurar a informação de possível estupro de vulnerável, tendo como vítima a adolescente N.G.D.A.S e acusado o, também, adolescente A.M.D.S;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2014/1755365**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 031/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2015/1935940, instaurado para apurar a situação de insegurança e aumento de criminalidade nas dependências da Escola Estadual Professora Maria Lúcia Alves e em seus arredores;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2015/1935940**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo

**PORTARIA Nº 032/2017 – 1ª PJ Cível**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante ao final assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, e pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, c/c o art. 27, parágrafo único, ambos da Lei 8.625/93, e:

**CONSIDERANDO** tramitar nesta Promotória de Justiça o Procedimento Preparatório nº 2016/2241172, instaurado para apurar a informação de possível identificação e exposição de crianças e adolescentes em situação de risco social, realizada por programas de rádio e plataformas de notícias virtuais denominados "blogs", em Santa Cruz do Capibaribe;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se prosseguir na investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de ações civis e criminais, se for o caso;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução RES CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e do art. 1º, § 6º e 7º, da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, as quais regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil e, de igual maneira, do procedimento de investigação preliminar e administrativo;

**Resolve CONVERTER** o procedimento preparatório acima referido em **INQUÉRITO CIVIL nº 2016/2241172**, a fim de dar continuidade às diligências necessárias para investigar os fatos e apurar as responsabilidades, nos termos da lei, determinando desde já as seguintes providências:

I – Autuação e registro das peças oriundas do Procedimento Preparatório como Inquérito Civil, procedendo-se às alterações necessárias no Sistema eletrônico Arquimedes do MPPE;

II – Nomeie-se o Servidor Luiz Felipe Feitosa da Silva, matrícula nº 188.779-3, para exercer as funções de Secretária;

III - Encaminhe-se a presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco para publicação no Diário oficial;

IV – Promova-se o envio da presente Portaria, via ofício, ao CAOP Infância e Juventude do MPPE e ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para conhecimento.

Santa Cruz do Capibaribe/PE, 02 de fevereiro de 2017.

**NATÁLIA MARIA CAMPELO**

Promotora de Justiça em exercício cumulativo



Ajude a cortar os custos do MPPE. Aproveite a iluminação natural e economize energia, reduzindo a quantidade de luzes acesas durante o dia. Quando não houver ninguém no ambiente, desligue as lâmpadas e o ar-condicionado. Colabore.